

ORALIDADE E CIDADANIA: A EXPERIÊNCIA DOS ALUNOS DA ESCOLA ESTADUAL “MAROJA NETO”, DE BELÉM (PA), NO PROJETO CÂMARA MIRIM 2013

Prof^a MS Tânia Regina do Nascimento Monteiro(UFPA)

RESUMO:

O presente trabalho objetiva relatar a experiência dos alunos da Estadual “Maroja Neto”, de Belém (Pa), no projeto “Câmara Mirim”, da Câmara Federal, mostrando como essas práticas podem contribuir para ampliar a competência comunicativa dos discentes, oferecendo-lhes caminhos para que se tornem leitores/falantes proficientes e aptos a agir nas diversas situações de comunicação, conforme orientam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). O “Câmara Mirim” simula uma sessão da Câmara dos Deputados, com os alunos vivendo a experiência de ser “deputado por um dia”. Por meio do projeto, a Escola buscou melhorar o processo de produção de textos escritos e orais dos alunos a partir do contato deles com uma diversidade de gêneros textuais (pareceres, projetos de lei, discurso político etc). Foi também uma oportunidade aos discentes de usarem a língua falada para defender seus pontos de vista de forma crítica em uma situação comunicativa real e para além dos muros da escola. Os alunos fizeram uso da linguagem em um contexto de compreensão e de intervenção em uma realidade, numa busca de apresentar e até mesmo de convencer seus interlocutores sobre o que acreditavam. Chamou atenção a forma como os alunos foram evoluindo no processo da oralidade a cada fase do projeto. Nas primeiras aulas, alguns deles demonstraram nenhuma e/ou pouca experiência para se manifestar publicamente por meio da fala. Mas com as práticas de escrita e de oralidade, as experiências vividas em Belém e em Brasília contribuíram para que se apropriassem dos gêneros textuais propostos, com proficiência, desenvoltura e no contexto de um domínio discursivo. Foi a primeira vez que uma Escola da região Norte integrou a Câmara Mirim.

PALAVRAS - CHAVE: Língua Portuguesa, Cidadania, Oralidade, Prática de Ensino, Educação para Democracia.

1 Para além dos muros

Ainda no curso de Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Pará, por volta de 2004, as aulas de prática de ensino em Língua Portuguesa levaram-me a refletir sobre a importância de práticas pedagógicas diferenciadas que buscassem romper, no sentido simbólico, o espaço físico da sala de aula e da própria escola, e proporcionassem aos alunos uma maior interação com a sua realidade e com o mundo a sua volta por meio de um ensino contextualizado e do uso da língua como prática social conforme preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), documento lançado pelo Ministério da Educação (MEC), em 1997/1998, com a proposta de dar um

novo direcionamento ao ensino fundamental nas diversas áreas do conhecimento, entre eles, a da linguagem. Mesmo com as suas orientações não sendo obrigatórias, os PCNs contribuíram no sentido de apontar caminhos para a construção de um processo de ensino voltado à cidadania, conceito recolocado por Gaventa (2008, p. 05) como “algo que é praticado mais do que concedido, ou seja, por meio dela, os cidadãos fazem e constroem mais do que usuários e consumidores de intervenções ou serviços desenhados por outros [...]”, indo em direção do que afirmam os Parâmetros:

O domínio da língua tem estreita relação com a possibilidade de plena participação social, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Assim, um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos aos saberes necessários para o exercício da cidadania. (BRASIL. MEC, PCNs, 1998, p. 26).

Desta forma, em oito anos atuando no ensino da língua materna tenho procurado investir em práticas pedagógicas que estimulem no aluno o gosto pela escrita, pela leitura e pela análise linguística, por meio de aulas e projetos que assegurem a aquisição dessas competências de forma prazerosa e contextualizada a partir dos mais diversos gêneros textuais e de atividades que promovam a interação social e insiram esses discentes em contextos significativos para a sua formação como cidadão. Isso vai também ao encontro do que indicam os PCNs quando afirmam que “formar escritores competentes supõe propor [...] situações de produção de uma grande variedade de textos de fato e ‘aproximar’ as condições de produção das circunstâncias nas quais se produz textos reais” (BRASIL. MEC. PCNs, 1998, p. 26). E, nesse sentido, texto é compreendido como produto da atividade discursiva oral ou escrita que forma um todo significativo, qualquer que seja sua extensão, conforme prevê Brito; Harumi (2000, p. 62).

Um dos projetos desenvolvidos na área do ensino/aprendizagem da Língua Portuguesa foi o que assegurou a ida a Brasília, DF, no dia 22 de outubro de 2013, de 11 alunos da Escola Estadual “Maroja Neto”, de Belém (PA), para participar do “Câmara Mirim”, da Câmara Federal. O projeto simula uma sessão ordinária da Câmara dos Deputados, com os alunos vivendo a experiência de ser “deputado por um dia”, debatendo e votando três projetos de lei selecionados entre os projetos enviados à comissão organizadora pelas crianças. O “Câmara Mirim” também tem por objetivo aproximar as crianças e os adolescentes do parlamento e incentivar neles o interesse pela política, uma prática educativa que já vem sendo estimulada em várias Câmaras Municipais do país. Como afirma Soares (2006, p. 84) “a vinculação entre a Educação e a participação política encontra-se historicamente presente nas ideais de um Estado republicano democrático, ratificando a premissa de que um regime político definido como do povo e para o povo requer uma sólida formação escolar capaz de desenvolver a formação política completa para todos os cidadãos”.

Desta forma, por meio do projeto “Câmara Mirim”, a Escola Estadual “Maroja Neto” vislumbrou não somente contribuir para a formação política dos alunos, mas também melhorar o processo de produção de textos escritos e orais a partir do contato deles com uma diversidade de gêneros textuais (pareceres, projetos de lei, discurso político etc). No que se refere ao estímulo à oralidade, foi também uma oportunidade aos discentes de usarem a língua falada para argumentar e defender seus pontos de vista de forma crítica em uma situação comunicativa real e para além dos muros da escola.

Até porque como diz Travaglia (2003, p. 23), a linguagem é um lugar de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores em uma dada situação de comunicação e em um contexto sociolinguístico e histórico. Os alunos fizeram uso da linguagem, tanto escrita como oral, em um contexto de compreensão e de intervenção em uma realidade, numa busca de apresentar e até mesmo de convencer seus interlocutores sobre o que acreditavam, o que referenda o que preceitua Marcuschi (2004, p. 10) quando afirma que “o próprio ato de argumentar é o ato de persuadir pois procura atingir a vontade, envolvendo a subjetividade, os sentimentos, a temporalidade, buscando adesão e não buscando certezas”.

Portanto, ao escrever este artigo, o objetivo foi relatar a experiência vivida pelos alunos por meio do projeto “Câmara Mirim”, mostrando como essas práticas podem contribuir para ampliar a competência comunicativa dos discentes, oferecendo-lhes caminhos para que se tornem leitores/falantes proficientes e aptos a agir nas diversas situações de comunicação em nossa sociedade.

A Escola Estadual “Maroja Neto” fica localizada na avenida Pedro Miranda, na Pedreira, bairro que, pelo estudo divulgado por Lobo (2004, p. 51), sobre nível de qualidade de vida em Belém, aparece entre os que apresentam “áreas bastante problemáticas em seu interior”, levando em consideração variáveis como renda média mensal, nível de escolaridade dos chefes de família, número de pessoas por domicílio e residências atendidas com canalização interna, esgotamento sanitário e serviços de coleta de lixo.

2 Alunos ganham voz

Há nove anos, a Câmara Federal, por meio do portal infantil “Plenarinho”, promove uma sessão naquela Casa envolvendo a participação de alunos do Ensino Fundamental de escolas públicas e privadas de todo país. No “Câmara Mirim” é simulada uma sessão da Câmara dos Deputados em que os alunos vivem a experiência de ser “deputado por um dia”, em Brasília, debatendo e votando projetos elaborados pelos próprios estudantes.

Até o ano passado, para participar do projeto, as escolas deveriam se inscrever no *site* Plenarinho (www.plenarinho.gov.br) e aguardar o resultado do sorteio, anunciado geralmente no primeiro semestre de cada ano. Hoje, o critério de escolha das escolas é por meio de apresentação de projeto pedagógico pelos professores interessados. Em 2013, 12 escolas foram sorteadas, com a Escola Estadual “Maroja Neto”, de Belém, sendo uma das contempladas. Foi a primeira vez que uma instituição de ensino da região Norte e do Pará participou do evento, levando alunos para integrar o Câmara Mirim. Uma outra fase paralela foi a inscrição de projetos de lei elaborados pelos alunos para serem debatidos e votados durante a sessão, tendo no ano passado 414 documentos inscritos e três selecionados.

Com o anúncio de que a escola “Maroja Neto” participaria do projeto, foi iniciado no mês de agosto, o processo de seleção dos alunos, aberto a todos que cursavam o ensino regular do Ensino Fundamental, do 5º ao 9º ano, conforme previa o regulamento. A princípio, 33 alunos se inscreveram, mas ao final, 11 foram selecionados por meio de critérios que priorizaram a participação, a pontualidade, o interesse e o bom desempenho em todas as atividades nas fases que antecederam a ida a Brasília, DF. Os pais e responsáveis de cada um deles também foram chamados para autorizar a participação dos seus filhos no projeto, já que implicava viajar para fora do Estado.

Uma das primeiras atividades realizadas na fase preparatória ao evento foi familiarizar os alunos com termos e expressões utilizados com frequência nos parlamentos tanto federal, como estadual e/ou municipal: voto, cidadania, participação política, democracia entre outras a fim de contribuir para o processo de formação política dos futuros deputados mirins. Além de debate sobre essas temáticas, com os alunos expondo de forma escrita e oral a sua opinião sobre os mais diversos assuntos, eles também foram solicitados a consultar dicionários, sites de interesse, revistas e várias outras publicações que contribuíssem para ampliação do conhecimento deles sobre as questões propostas. Eles também procuraram conhecer o trabalho parlamentar de cada um dos 17 deputados federais paraenses e ainda participaram de uma série de atividades indicadas pela equipe do “Plenarinho” por meio de material pedagógico enviado à escola. Tudo indo ao encontro do que preveem os PCNs quando se referem a formação de leitores:

Um leitor competente pode constituir-se através de uma prática constante de leitura de textos de fato, a partir de um trabalho que não pode [...] limitar-se à utilização de “textos” exclusivamente escolares, mas deve organizar-se em torno de textos que circulam socialmente. (BRASIL. MEC. PCNs, 1998, p. 25).

Outro passo foi pesquisar e debater assuntos relacionados aos problemas amazônicos, como Meio Ambiente, desmatamento, demarcação de terras indígenas, baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e construção da hidrelétrica de Belo Monte, com todos expondo de forma oral a sua opinião, já simulando um debate em plenário por meio do gênero textual “discurso político”, termo definido por Araújo (2011, p. 127) como “enunciados de caráter político, produzidos em ocasiões específicas como comícios, inaugurações e festas cívicas, ou mesmo em entrevistas, debates eleitorais etc”. Já Marcuschi (2004, p. 22 - 23) utiliza a expressão gênero textual para designar os textos materializados que encontramos em nossas vidas diárias e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica, com todos eles contribuindo para “ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia”, segundo Marcuschi (2004, p. 19).

No final do mês de setembro, o portal “Plenarinho” escolheu os três projetos que seriam debatidos e votados durante a sessão mirim na Câmara Federal. Eles foram enviados por estudantes de várias regiões do Brasil. O primeiro deles previa a arborização, pelo governo federal, das áreas do programa “Minha Casa Minha Vida”. Outro projeto de lei obrigava os cinemas de todo o País a dedicarem uma tarde por mês à exibição de filmes para crianças carentes. O terceiro projeto previa a inclusão na tabela nutricional dos alimentos do termo “açúcar”, com essa informação sendo incluída nos rótulos dos produtos a fim de que os consumidores soubessem a quantidade de açúcar que estão consumindo em cada alimento.

Uma cópia dos projetos de lei foi entregue aos futuros deputados mirins do “Maroja Neto”, que passaram a estudar e a debater cada um deles, elaborando argumentos de defesa escritos e orais sobre os temas. Foram simuladas mini sessões na escola, com os estudantes expondo o seu ponto de vista sobre os projetos diante de professores e outros servidores, como se estivessem em uma tribuna. Fávero; Andrade; Aquino (2002, p. 13) orientam que o ensino da oralidade não pode ser visto isoladamente, isto é, sem relação com a escrita, pois eles mantêm entre si relações mútuas e intercambiáveis. Assim escrita e oralidade se juntaram em todas as fases preparatórias ao projeto, com destaque para os textos orais que foram o foco prioritário de todas as ações pedagógicas que antecederam o “Câmara Mirim”.

No início de outubro, os alunos receberam convite para visitar a Câmara Municipal de Belém a fim de que conhecessem o funcionamento do parlamento na cidade e, também, participassem de uma sessão legislativa. Na ocasião, os alunos tiveram a oportunidade de colocar em prática o que aprenderam na fase preparatória ao Câmara Mirim, da Câmara Federal. Dois deles ganharam voz e subiram à tribuna diante dos parlamentares para falar da importância da participação no projeto e quais as temáticas que iriam defender, sendo ambos alvos de elogios pela forma clara, objetiva e coerente como expuseram as propostas. É como afirma Fávero; Andrade; Aquino (2002) sobre a prática da oralidade na escola:

A questão não é falar certo ou errado e sim saber que forma de fala utilizar, considerando as características do contexto de comunicação, ou seja, saber adequar o registro de diferentes situações comunicativas e saber coordenar satisfatoriamente o que falar, como fazê-lo, considerando a quem e por que se diz determinada coisa. (FÁVERO; ANDRADE; AQUINO, 2002, p. 13).

Há uma semana da viagem a Brasília, os debates sobre os projetos foram intensificados na escola com os alunos ficando aptos a falar sobre qualquer um dos temas. A partir dos argumentos que cada um deles defendeu, tanto por escrito como oralmente durante as aulas, foi elaborado um parecer favorável ao projeto de inclusão do açúcar na tabela nutricional dos alimentos, sendo o documento enviado à Câmara Federal, a pedido do portal Plenarinho. O parecer seria lido durante a sessão oficial do “Câmara Mirim”, sendo que outra escola, entre as selecionadas, teria que elaborar um parecer contrário à proposta dentro da dinâmica prevista para a sessão. O mesmo foi feito em relação aos demais projetos por outras escolas e alunos. Abaixo um trecho do documento:

PARECER SOBRE O PROJETO QUE INCLUI O AÇUCAR NA TABELA NUTRICIONAL DOS ALIMENTOS

O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei que “inclui o açúcar na tabela nutricional dos alimentos”, de autoria da deputada mirim Ana Clara Paim Silva, que objetiva tornar obrigatória a informação na tabela nutricional da quantidade de açúcar contida nos alimentos, por meio da inclusão de uma nova categoria nessa tabela denominada “AÇUCAR”.

Nós, da Escola Estadual “Maroja Neto”, de Belém, representando as bancadas paraense e amazônica nesta sessão, ao analisarmos o projeto, observamos que se trata de um tema da maior relevância uma vez que a inclusão do termo “AÇUCAR” na tabela nutricional dos alimentos poderá contribuir para a melhoria da Saúde da população [...].

Sabe-se que hoje, o açúcar, na tabela nutricional dos alimentos, está incluído na categoria “Carboidratos”, mas como muitos não sabem que o açúcar também pode ser carboidrato, acabam consumindo o produto por falta de informações, o que pode colocar em risco a saúde daqueles que têm restrição ao açúcar.

Entendemos que a garantia da introdução da categoria AÇUCAR na tabela nutricional dos alimentos deve ser entendida como uma prioridade a fim de melhorar a dieta do brasileiro e evitar as consequências negativas do consumo excessivo de açúcar na alimentação das pessoas. Como sugestão, gostaríamos que fosse realizada uma audiência pública para ampliar a discussão sobre o projeto, envolvendo representantes do Ministério da Saúde, da

indústria, do comércio, entidades médicas e de órgãos de defesa do consumidor.

Assim sendo, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do referido projeto, que tem nosso total apoio. É o nosso parecer. (CÂMARA MIRIM DA ESCOLA ESTADUAL “MAROJA NETO”)

Com essas práticas, principalmente no que se refere ao processo de oralidade, ficou evidente que o papel da escola não é ensinar a falar, como explica Bechara (1985) apud Fávero; Andrade; Aquino (2002, p.12) “mas de mostrar aos alunos a grande variedade de uso da fala, dando-lhes consciência de que a língua não é homogênea, monolítica, trabalhando com eles os diferentes níveis (do mais coloquial ao mais formal) das duas modalidades – escrita e falada – isto é, procurando torná-los “políglotas” dentro de sua língua”. E o resultado apresentado pelos alunos em todas essas fases já anunciava o que estava por vir.

3 Desenvolvendo competências comunicativas a partir da oralidade



FOTOGRAFIA 1 – Pela primeira vez uma escola da região Norte integrou a “Câmara Mirim”, da Câmara Federal. (JORNAL O LIBERAL, 2013). LOPES, Fabiano.

Os futuros deputados mirins da Escola Estadual “Maroja Neto” chegaram em Brasília, DF, no dia 21 de outubro, véspera do dia em que seria realizada a sessão da “Câmara Mirim”, no plenário Ulisses Guimarães, da Câmara dos Deputados. Do aeroporto foram direto para uma reunião com a coordenação do projeto realizada na própria Câmara Federal. Na reunião, conheceram o regimento da futura sessão, outros deputados mirins e, também, os autores dos projetos que seriam debatidos em plenário.

Na saída da reunião, em contato novamente com os autores dos projetos selecionados, foi simulada de improviso uma rápida sessão mirim nos corredores do Congresso Nacional, com os alunos paraenses expondo oralmente aos presentes o que

tinham aprendido durante as aulas preparatórias sobre as temáticas que estariam em debate. Foi um momento importante, porque quem assistiu a breve apresentação elogiou a competência comunicativa dos alunos na elaboração dos discursos.

Se a comunicação acontece sempre por meio de textos, pode-se dizer que, se o objetivo do ensino da língua materna é desenvolver a competência comunicativa, isto corresponde então a desenvolver a capacidade de produzir e compreender textos nas mais diversas situações de comunicação. (TRAVAGLIA, 2003, p. 19).

No dia da sessão da Câmara Mirim, 22 de outubro, devido ao bom desempenho dos alunos no dia anterior, muitos deles foram requisitados para conceder entrevistas às mídias local e nacional, com os deputados mirins paraenses mostrando mais uma vez as suas competências linguísticas por meio da fala. Alguns tiveram maior desenvoltura do que outros, mas todos alcançaram os objetivos propostos, considerando-se que o ato de falar apresenta um considerável volume de elementos pragmáticos, como pausas, hesitações, alongamento de vogais e consoantes, repetições, truncamentos, entre outros, sendo, portanto um ato individual.

Iniciada a sessão mirim, a Escola “Maroja Neto” foi a única que garantiu a presença de três alunos na tribuna do plenário, com dois deles fazendo a defesa dos projetos “Cinema para todos” e “Inclusão do açúcar na tabela nutricional dos alimentos”. Uma aluna fez a leitura do parecer previamente enviado à coordenação do plenarinho, ratificando o apoio da bancada mirim paraense ao projeto da inclusão do açúcar nos rótulos dos alimentos.

Em todas as falas, os alunos procuraram utilizar expressões próprias do discurso político, inclusive na saudação aos presentes. O aluno que defendeu a inclusão do termo “açúcar” na tabela nutricional dos alimentos iniciou seu pronunciamento com um jargão sempre utilizado nessas situações comunicativas: “Bom dia, povo do meu Brasil, em especial povo do meu Pará” e, a partir daí, passou a explicar o porquê do apoio ao projeto. Burke; Porter (1997, p. 187) recorre a Pierre Bourdieu para explicar que o uso desses jargões auxilia na definição de associação a um grupo, estabelecendo papéis e hierarquias e atuando como um poderoso recurso para a comunicação e persuasão de valores e políticas no interior de uma comunidade mais ampla. Assim, segundo ele, o uso de jargão é um meio fundamental do ser político, tanto com o intuito de falar politicamente (usando a linguagem reconhecida da política) como agir politicamente. Do alto da tribuna, portanto, o aluno estava empoderado no seu papel de deputado mirim conforme a situação exigia:

O discurso político é o espaço no qual as relações entre líderes e adeptos são exibidos de maneira mais clara. A linguagem política busca animar ideias, reduzindo a natureza infinitivamente variada da experiência humana a um nível controlável de tipos e processos, localizando o papel do orador político em relação ao seu público e colocando as palavras de maneira relevante no interior do contexto mais amplo do discurso social e político (BURKE; PORTER, 1997, p. 195).

A princípio, a aluna que fez a defesa do projeto “Cinema para todos” não estava programada para subir à tribuna, mas de última hora foi convidada a manifestar a sua opinião sobre o tema, o que fez diante de todos os presentes sob aplausos, numa demonstração que tinha alcançado um certo domínio discursivo sobre a situação. Sobre o conceito de domínio discursivo Marcuschi (2003, p. 23) explica que a expressão é

utilizada para designar uma esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana, sendo que esses domínios não são textos e nem discursos, mas propiciam o surgimento de discursos bastantes expressivos.

Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim o discurso se realiza nos textos. Os textos realizam discursos em situações institucionais, históricas, sociais e ideológicas. (MARCUSCHI, 2003, p. 24)

Após o término da sessão, novas entrevistas à mídia local, e convite para participar de uma Feira Internacional de Ciência e Tecnologia, onde a Câmara Federal montou um estande sobre os 25 anos da Constituição Federal de 1988 e oferta de várias atividades via portal Plenarinho.

De volta ao prédio da Câmara Federal, os alunos foram convidados por três deputados federais paraenses para visita em seus gabinetes, ocasião em que os deputados mirins tiveram a oportunidade de expor mais uma vez os projetos que haviam defendido e votado em plenário, simulando novamente uma mini sessão legislativa. Em cada gabinete as falas dos alunos foram sendo alternadas em turnos para que ao final todos tivessem o direito de discursar e argumentar. Ainda na Câmara Federal, a direção da escola recebeu um telefonema do gabinete de um senador paraense por meio do qual o parlamentar manifestava interesse em conhecer e receber os deputados mirins paraenses, o que foi feito no plenário do Senado Federal durante uma sessão. Missão dada, missão cumprida e os alunos retornaram a Belém com certeza de que cumpriram bem o seu papel de deputado mirim por um dia na Câmara Federal.

Em Belém, após essa experiência, a Escola realizou uma programação para a entrega dos certificados aos alunos e, também, para que eles pudessem apresentar o projeto à comunidade escolar, oportunidade em que mais uma vez falaram para um grande público. Como deputados mirins do Pará, várias outras oportunidades surgiram para que exercitassem o processo de oralidade em contextos semelhantes, com os pequenos parlamentares indo também à tribuna da Assembleia Legislativa do Estado para uma nova sessão e missão.

Conclusão

A participação dos alunos da Escola Estadual “Maroja Neto”, no projeto “Câmara Mirim 2013”, da Câmara Federal, foi uma experiência ímpar não somente na vida dos alunos, mas também na minha vida como docente, uma vez que esta foi a primeira vez em oito anos de projeto que uma escola da região amazônica teve a oportunidade de participar do evento.

O projeto constituiu-se em uma oportunidade para diversificar os espaços físicos das aulas e, sobretudo, desenvolver nos alunos a competência linguística a partir da escrita e da oralidade com o uso da língua como prática social e exercício de cidadania.

O que mais chamou atenção em todas as fases do projeto foi a forma como os alunos foram evoluindo no processo da oralidade a cada fase preparatória ao “Câmara Mirim”. Nas primeiras aulas, alguns deles se mostraram tímidos e sem nenhuma e/ou pouca experiência para se manifestar publicamente por meio da fala. Mas com a série de debates, pesquisas e práticas de escrita e de oralidade reais e contextualizadas, as experiências vividas, tanto em Belém como em Brasília, contribuíram para que se apropriassem dos gêneros textuais propostos, com proficiência, desenvoltura e no contexto de um domínio discursivo.

Ver os alunos discursando na tribuna da Câmara Federal foi a materialização de um trabalho pedagógico que durou cerca de dois meses e meio. Nesse período, várias barreiras foram superadas para que os objetivos fossem alcançados. Um dos alunos, por

exemplo, apresentava um distúrbio de fluência na fala, mas a partir do trabalho realizado e da própria vontade dele de participar do projeto, esse transtorno foi ficando imperceptível a medida que os debates e discursos se intensificavam e avançavam.

Em Brasília, notou-se também que os alunos se empoderaram da situação de ser “deputado por dia”, com muitos deles buscando constantemente oportunidades de se manifestar publicamente a cada contexto comunicativo. Foi assim no contato com os autores do projeto, nas entrevistas solicitadas e na visita aos gabinetes dos deputados federais paraenses. Cada um queria mostrar o que tinha aprendido, com a manifestação em público sendo a consolidação desse aprendizado. Durante a sessão mirim, até mesmo um “grito de guerra” foi criado por iniciativa dos alunos como forma de marcar presença em plenário e soltar ainda mais a voz.

O resultado dessa experiência garantiu aos alunos não somente o contato com uma diversidade de gêneros textuais e o desenvolvimento da competência da oralidade, mas também a vivência de conhecer o funcionamento e a importância de um parlamento dentro de um contexto real e de interação. Eles viram onde, como e por que são elaboradas as leis do país e tiveram a oportunidade de expor ideias e opiniões para alguns dos representantes do Pará no Congresso Nacional.

Práticas como essas deveriam ser sempre estimuladas a fim de que o conteúdo das mais diversas disciplinas não fique estancado no limite da sala de aula e/ou da escola, mas que o processo de aprendizagem possa ir além, dando oportunidade aos discentes de um ensino mais interessante, dinâmico, participativo e voltado à realidade.

No que se refere ao “Câmara Mirim”, muitas Câmaras Municipais do país incentivam o projeto, voltado tanto para crianças como para os jovens, mas seria interessante que essas experiências fossem mais estimuladas e realizadas, também, em outros espaços para que todos pudessem se apropriar de temáticas importantes para a vida dos cidadãos e, principalmente, pudessem desenvolver uma consciência crítica sobre os problemas e questões que atingem o Brasil, os Estados e os municípios. Nas escolas, a prática poderia ser incentivada por meio do processo de interdisciplinaridade e da junção de saberes, com a participação, inclusive, dos que foram eleitos para nos representar nas mais diversas esferas de poder, fazendo dos estabelecimentos de ensino um local também de agente do desenvolvimento local, propiciando aos discentes práticas não somente produção de textos orais e escritos, mas também de cidadania.

Mesmo sem a tribuna de Brasília, o trabalho com a “Câmara Mirim” prossegue na Escola Estadual “Maroja Neto”, com o parlamento mirim usando a sua voz, sempre que é possível, em defesa do espaço escolar, do bairro, da cidade, do Estado, do país e dos ideais que se acredita.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Murilo. **Linguagem do poder, poder da linguagem: estratégias argumentativas em discursos de Vargas e Lula** Disponível em: <http://www.academia.edu/2701103/Linguagem_do_poder_poder_da_linguagem_Estrategias_argumentativas_em_discursos_de_Vargas_e_Lula>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRASIL. **Câmara Mirim**. Disponível em: <www.plenarinho.org.br>. Acesso em: 10 dez. 2013.

_____. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1989. Disponível em: http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/index.shtm. Acesso em: 02 out. 2013.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF, 1998.

BRITO, José Miguel de Mattos; HARUMI, Pisciotta. **PCNs da Língua Portuguesa: a prática em sala de aula.** São Paulo: Vilipress, SP 2000.

BURKE, Peter; PORTER, Roy (Org.). **Línguas e jargões:** contribuições para uma história social da linguagem. Tradução de Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Unesp, 1997. Disponível em: <[http://books.google.com.br/books?id=k0xAuRVdbJYC&pg=PA194&lpg=PA194&dq=peter+burke+jarg%C3%A3o+pol%C3%](http://books.google.com.br/books?id=k0xAuRVdbJYC&pg=PA194&lpg=PA194&dq=peter+burke+jarg%C3%A3o+pol%C3%>)>. Acesso em: 13 jan. 2013.

FÁVERO, Leonor Lopes; ANDRADE, Maria Lúcia; AQUINO, Zilda G. O. Introdução. In: _____. **Oralidade e escrita:** perspectivas para o ensino da língua materna. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

GAVENTA, John. **Em direção a uma governança local participativa:** seis propostas para discussão. Disponível em: <www.ids.ak.uk/logolink>. Acesso em: 05 jan. 2008.

LOBO, Marco Aurélio Arbage. **Estudos sobre meio ambiente e qualidade de vida na Amazônia.** Belém: UNAMA, 2004.

LOPES, Fabiano. Fotografia. *Jornal O Liberal*, Pará, 23 de outubro de 2013.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Org.). **Gêneros textuais e ensino.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003. p. 19-38.

MARCUSCHI, Luiz Antonio. Apresentação. In: KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e linguagem.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

SOARES, Suely Galli. **Educação e comunicação.** São Paulo: Cortez, 2006.

TRAVLAGLIA, L. C. **Gramática ensino plural.** São Paulo: Cortez, 2003.

Autora:

Tânia Monteiro, Licenciada em Letras, Jornalista, especialista em Língua Portuguesa e Análise Literária, mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano (Educação Ambiental) e mestranda do Profletras – Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: tanniamonteiro@gmail.com

PUBLICADO: CAVALHEIRO, Juciane; JESUS, Carlos Renato R.; JUSTINIANO, Jeiviane (orgs.). *Abralin em Cena Amazonas: Anais.* Manaus: UEA Edições, 2014. ISBN 978- 85-7883-280-3